

Brasil volta a receber dinheiro dos bancos

Mailson faz acordo com os credores privados em Amsterdã. A parcela de US\$ 600 milhões do empréstimo acertado no ano passado será liberada em duas semanas.

O Brasil concluiu ontem em Amsterdã, na Holanda, um acordo com os bancos credores e, em duas semanas, vai receber US\$ 600 milhões, anunciou o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

O acordo permite a desvinculação dos desembolsos das operações do setor elétrico com o Banco Mundial (que provocou a polêmica sobre a usina nuclear de Angra III); o cancelamento definitivo das operações de *releasing* (reemprestimo) com o setor privado previstas para 89 e o desembolso da segunda parcela (os US\$ 600 milhões) do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões.

Segundo Mailson da Nóbrega, os US\$ 600 milhões serão usados para pagar pouco mais de US\$ 500 milhões de dólares de juros atrasados.

William Rhodes, presidente do comitê da renegociação da dívida brasileira, disse que os bancos que ainda não tinham concordado com os *waivers* (perdões) do acordo do ano passado fizeram isso ontem, permitindo o acerto.

Mailson também afirmou que os leilões de conversão da dívida podem ser retomados ainda neste primeiro semestre, dependendo dos resultados do Plano Verão.

O acordo foi anunciado no final da tarde de ontem, depois que Mailson teve uma reunião com o subsecretário do Tesouro americano para assuntos internacionais, David Mulford. No encontro, discutiu-se a estratégia do plano Brady e o papel dos bancos nas negociações para a redução da dívida dos países do Terceiro Mundo. "Os contatos de Mulford aqui em Amsterdã estão indo muito bem. Há no ar uma expectativa de que grandes coisas podem acontecer ainda este ano no campo da dívida", disse o ministro.

Mailson reuniu-se também com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, com quem discutiu a viagem da missão do Fundo ao Brasil. A missão deve chegar segunda-feira e vai discutir os programas para 89, em relação ao *stand-by* que o Brasil tem até março de 90.

A agenda do ministro, ontem em Amsterdã, foi carregada. Ele ficou até de madrugada em reunião com representantes da Argentina, México e Venezuela e a delegação americana discutindo as exigências dos EUA para o aporte de capital ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Pela manhã, tomou café com o Grupo dos Oito e, em seguida, assistiu à sessão de abertura oficial da assembleia anual do BID, com a presença da rainha Beatrix e do príncipe Claus.

Logo depois, Mailson recebeu, no Hilton Hotel, Mulford, depois Camdessus e ainda, separadamente, representantes do Banco de Tóquio, do Deutsche Bank, do Creditanstalt Bank e o presidente do Eximbank japonês, Takashi Tanaoka. À noite, teve uma audiência especial com a rainha Beatrix.

Hoje, o ministro discursa na assembleia do BID e depois se reúne com o vice-ministro das Finanças para Assuntos Internacionais do Japão, Toyoo Gyohten. Às 18 horas, embarca para Londres.

"Abertura prudente"

O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, afirmou ontem que "não é vocação do Fundo outorgar garantias", ao comentar o plano Brady para a redução da dívida externa dos países em desenvolvimento.

Foi a primeira vez que um representante do FMI se dirigiu aos participantes de uma reunião do BID e isso demonstra a importância que se está dando em toda a comunidade financeira internacional à questão da dívida. Mas, se no início de seu pronunciamento Camdessus elogiou a iniciativa dos Estados Unidos, deixou bem claras as dificuldades que podem ser encontradas para diminuir o peso que recai sobre os países devedores.



Mailson: acordo saiu na Holanda.

"A reação do FMI em reunião bem recente — e isso não deve causar estranheza — foi de prudente abertura", disse Camdessus, ao comentar as propostas de Brady para que o FMI facilite mais diretamente as operações de redução da dívida. Por essas propostas, o Fundo outorgaria recursos para a recompra da dívida, dando garantias nas negociações entre devedores e credores. Mas há uma idéia em discussão que seria a criação de um fundo na *rolling basis*, ou seja, haveria uma garantia do pagamento de juros por um ano num esquema de securitização. Passado esse ano, e pagos os juros, a garantia seria renovada.

Apesar de dizer que "a estratégia da dívida recebeu do secretário do Tesouro dos Estados Unidos o impulso de que tanto necessitava", Camdessus afirmou que é preciso, logo de início, discutir "como proporcionar um crescimento duradouro nos países devedores, como reforçar sua capacidade de servir a dívida e como ajudá-los a recuperar o acesso espontâneo aos mercados internacionais de capital".

Para o diretor-gerente do FMI, há quatro condições básicas necessárias à realização de um plano como o Brady: a adicionalidade no financiamento; a qualidade dos programas de reforma econômica; a disposição real voluntária de todas as partes em explorar a fundo as possibilidades oferecidas pelos esquemas de redução da dívida e, por fim, a solidariedade no trato dos problemas mundiais.

Camdessus também destacou que é imprescindível a contribuição dos países credores no que se refere à diminuição das taxas de juros. E lembrou a importância do papel do Japão. "Estabelecemos com as autoridades japonesas as condições para a utilização de seu 'financiamento paralelo' de nossos próprios programas. Seria lamentável que, devido à sua importância, essa iniciativa do Japão ficasse solitária e eu veria com grande interesse que outros países com superávits abundantes considerassem a possibilidade de agir no mesmo sentido."

Segundo fontes das delegações latino-americanas do BID, a iniciativa do Japão, de fato, está sendo vista com muito entusiasmo. Por esse acordo com o FMI, um país que vai receber um milhão de dóla-

res do Fundo acaba recebendo um co-financiamento do Japão no mesmo valor. Isso ampliaria as possibilidades dos países devedores de aumentar as importações ou ter recursos para a compra da dívida.

As delegações, também, pelo que se sabe, começaram a discutir a posição do FMI de não dar garantias nas negociações entre devedores e credores. Mas há uma idéia em discussão que seria a criação de um fundo na *rolling basis*, ou seja, haveria uma garantia do pagamento de juros por um ano num esquema de securitização. Passado esse ano, e pagos os juros, a garantia seria renovada.

Mudanças no BID

Hoje deve ser anunciado o acordo que prevê o aumento do capital do BID em US\$ 22,5 bilhões.

Foram precisamente 54 horas de negociações, em que ministros e assessores do Brasil, México, Argentina e Venezuela fizeram reunião após reunião com os representantes dos Estados Unidos. Desde 1986, havia um impasse em relação ao aumento de capital do banco e essa foi uma recomendação expressa da comissão de alto nível criada no ano passado pelo novo presidente do BID, Enrique Iglesias. Ao assumir o cargo em abril, Iglesias quis revigorar o BID, depois de 17 anos sob a presidência de Ortiz-Mena.

As negociações para o aporte de capital se prolongaram por todo esse tempo e foram decisivas na semana passada, tanto em reuniões realizadas em Washington quanto pelas delegações que já estavam em Amsterdã participando das reuniões preliminares do BID.

Quando tudo parecia acertado, no entanto, os Estados Unidos apresentaram novas exigências.

A bomba estourou na noite de sábado. Os latinos-americanos ficaram sabendo que os EUA já não estavam contentes com a nova cláusula que lhes permitia adiar o estudo de um projeto por até um ano, dependendo do caso. Inicialmente, os americanos queriam poder de veto a projetos, como condição para aumentar o capital do BID.

Desta vez, os Estados Unidos apresentavam como condição para o aporte de capital que os países tomadores de empréstimos no BID

passassem antes pelo crivo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

A reação dos latino-americanos foi muito firme. Um representante argentino chegou a dizer, numa das tantas reuniões, que se fosse para transformar o BID numa "filial" do FMI era preferível ficar sem o banco, segundo revelaram algumas fontes.

Para os países latinos, essa exigência seria a vinculação definitiva do BID a um *pool* dos países desenvolvidos. Numa das reuniões feitas domingo, revelou uma fonte das delegações latino-americanas, o subsecretário do Tesouro, David Mulford, chegou a dizer: "Mas só nós cedemos".

Finalmente, cederam ambos os lados. Os Estados Unidos desistiram da vinculação ao FMI. E os latino-americanos concordaram em aceitar a criação de empréstimos setoriais com co-financiamento do Banco Mundial por um período de dois anos. Depois desses dois anos, o BID passa a fazer sozinho os empréstimos setoriais.

O BID passará a ter, então, empréstimos para um projeto específico, empréstimos para um setor (elétrico, por exemplo) e empréstimos mistos. Neste caso, uma parte do empréstimo seria para um setor e outra parte para um projeto relacionado a esse setor. Segundo alguns dos negociadores, concordou-se com isso porque o Banco Mundial já tem experiência em empréstimos setoriais e o BID ainda não. No entanto, sabe-se que foi uma forma de chegar a um acordo quando todas as possibilidades já pareciam esgotadas.

O ministro Mailson da Nóbrega disse que esse acordo, se efetivamente for anunciado hoje, elimina o impasse, que vem desde 1986, num "momento particularmente importante", por causa do plano Brady. Com um aumento de capital, resultante desse acordo, o BID fica mais forte e pode desempenhar o papel de "uma agência de negociação da redução da dívida externa regional", disse Mailson. Se o BID não chegassem a um acordo e saísse diminuído desta assembleia anual perderia muito de sua credibilidade nos mercados externos, segundo Mailson.

Márcia Gózowski, enviada especial a Amsterdã